

MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

Centros de Memória: Um estudo de Multicasos na UFMG

CLAUSI MARIA DO PORTO GOMES*

* Universidade Federal de Minas Gerais. Mestre em Ciência da Informação pelo PPGCI/UFMG

Introdução

A Memória é sim um trabalho sobre o tempo, mas sobre o tempo vivido, conotado pela cultura e pelo indivíduo.

Ecléa Bosi, 1993: 281

O mundo moderno é caracterizado, em sua essência, pela efemeridade. Os fatos e as informações chegam até o ser humano em uma velocidade nunca antes imaginada, o que antes parecia sólido desfaz-se com uma rapidez estonteante; informações que chegam aos centros de conhecimento mais nobres, como as Universidades, em um curto espaço de tempo são superadas por outras mais novas; o ser humano vive em uma espiral de informações, parecendo que irá sugá-lo a qualquer momento, e a ele cabe tentar digerir o melhor que puder a avalanche que lhe é despejada diariamente e assim este tenta, nesse vendaval de fatos e dados, registrar em sua memória o que consegue absorver.

Considerando-se esse contexto, a história reforça seu papel de resgatadora da memória e escriba do registro humano ao longo do tempo. Se a memória do indivíduo sofre com esse contínuo transbordar de fatos e dados, o que fazer para que a memória dos indivíduos, enquanto grupo social, isto é, enquanto memória coletiva, possa ser preservada? Uma alternativa é a construção de centros de memória, espaços para guarda dos registros de memória coletiva, que se apresentam com o importante papel de resgate da cultura de uma dada sociedade ou instituição social, por meio da seleção de fatos, dados e informações a serem preservados para a posteridade.

Portanto, o presente artigo, é o resultado de uma pesquisa documental e exploratória, a qual envolve levantamento bibliográfico e estudo de multicasos que, conforme Yin (2005), é um estudo onde são analisadas as informações de diferentes organizações e não apenas de uma, como ocorre no estudo de caso. Foi utilizada entrevistas semiestruturadas em visitas aos 9 (nove) Centros de Memória da UFMG, para identificar, na prática, um pouco mais sobre a estrutura organizacional, acervo, profissionais, meios de comunicação, políticas de informação e usuários desses espaços memórias da UFMG. Cabe destacar que dos 11 (onze) CMs descritos no Quadro 1, somente não foi possível agendar a visita em 2 (dois), no CEMEFADI da Faculdade de Direito por falta de funcionários para atendimento e no Memória FACE da Faculdade de Ciências Econômicas que está fechado para reestruturação.

Desenvolvimento

A ideia de elaborar este trabalho surgiu dos questionamentos profissionais, provocados enquanto coordenava o projeto de implantação do arquivo permanente da Escola de Engenharia da UFMG, fundada em 1911. Embora receba tal designação, esse “arquivo permanente” não está integrado a uma política de arquivos institucional, ou seja, não implementa uma política de gestão de documentos, estruturando ações com a administração corrente e aos demais setores de pesquisa, ensino e extensão produtores de documentos. Ademais, um ‘arquivo permanente’ isolado não está habilitado para proceder à avaliação e à eliminação de documentos de arquivo, tal qual define a legislação brasileira (Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991 e Decreto nº 4.073, de 3 de janeiro de 2002). Tendo em vista esse contexto, algumas indagações começaram a surgir em relação aos documentos de cunho histórico contido no acervo: – *Alguns documentos compõem o acervo da memória da instituição; outros, não. Quais foram os critérios dessa seleção?*

Na tentativa de encontrar informações que pudesse nortear as ações do arquivo permanente em questão, foi realizada uma pesquisa inicial na internet para listar os projetos no âmbito das universidades sobre memória institucional e documentos históricos. Através desse levantamento, foram identificados os “lugares de memória”, que, para Nora (1993), são lugares materiais onde a memória social se ancora, são lugares funcionais porque têm ou adquiriram a função de alicerçar memórias coletivas e são lugares simbólicos, porque a memória coletiva se expressa e se revela. Na concepção do autor, são arquivos, bibliotecas e museus, porque são instituições voltadas para consolidação da memória social de dada sociedade.

Porém, os resultados iniciais da pesquisa revelaram que as experiências das universidades brasileiras têm favorecido a criação de “centros de memória”, uma instituição que surgiu no Século XX, pela necessidade de preservação da memória institucional. Dando prosseguimento à pesquisa, direcionou-se a investigação para esses espaços de memória no âmbito da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Deste modo, a pesquisa ficou centralizada nos Centros de Memória em Unidades Acadêmicas, cujos resultados direcionaram para a análise de 11 (onze) Centros de Memória – CMs (quadro a seguir), incluindo um na Escola de Engenharia e o Centro de Memória da Faculdade de Letras que, recém-inaugurado em 2014, veio a completar o referido quadro.

Quadro 1 - Centros de Memória da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

NOME	UNIDADE	ANO DE CRIAÇÃO
CEMEMOR - Centro de Memória da Medicina	Faculdade de Medicina	1977
Centro de Memória da Engenharia	Escola de Engenharia	1993
CEMEF- Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer	Faculdade de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional	2001
CEMENF- Centro de Memória da Escola de Enfermagem	Escola de Enfermagem	2006
Centro de Memória da Veterinária	Escola de Veterinária	2006
CEMEFADI – Centro de Memória da Faculdade de Direito	Faculdade de Direito	2006
Centro de Memória da Odontologia	Faculdade de Odontologia	2007
CEDOC – Centro de Documentação, Pesquisa e Memória da FAE	Faculdade de Educação	2008
CEMEFAR - Centro de Memória da Farmácia	Escola de Farmácia	2011
Memória Institucional FACE	Faculdade de Ciências Econômicas	2012
Centro de Memória da FALE	Faculdade de Letras	2014

Fonte: UFMG, 2013 a 2014.

É necessário relatar a surpresa ao se encontrar um centro de memória na Escola de Engenharia, pois não havia conhecimento de sua existência por parte da pesquisadora deste trabalho, ainda que a autora desta pesquisa estivesse na coordenação do projeto de implantação do arquivo permanente da escola – que, na prática, apenas efetua o resgate de parte da documentação institucional, abandonada em improvisados depósitos.

As recentes discussões acerca da memória social e institucional têm ampliado a necessidade de entender a função dos centros de memória como unidades de informação e espaços de mediação cultural no âmbito acadêmico. Segundo Câmara (2012, p.6), “os centros de memória – da mesma forma como as bibliotecas, museus e arquivos - possuem características próprias de lugares de informação”.

Considerando-se a memória como “um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje” (Le Goff, 1990:476), percebe-se a importância de preservá-la, ou seja, de preservar os registros que a corporificam e permitem que ela seja atualizada mediante novas interpretações. Contudo, Marques (2007) destaca que,

embora um programa voltado à preservação da informação histórica e da memória institucional tenha uma inegável importância para qualquer organização, observa-se que não existe uma padronização das atividades e dos objetivos das unidades de informação voltadas para a memória. Consequentemente é muito comum encontrar unidades de informação denominadas centros de memória pertencentes a organizações das mais diversas áreas do conhecimento, atuando como arquivos permanentes ou como centros de documentação. (MARQUES, 2007:16)

Deriva, portanto, desse contexto a importância da pesquisa para que se possa identificar como essa unidade de informação é estruturada nos ambientes acadêmicos e, principalmente, na esfera da UFMG.

Rueda, Freitas e Valls (2011) consideram que a escassa literatura sobre centros de memória na Ciência da Informação evidencia a baixa relevância dada a estes espaços como fontes de informação. Esse fato repete-se no cotidiano das universidades, mesmo aquelas que já possuem centros de memória consolidados, a exemplo da UFMG. Adicionalmente, há poucos estudos capazes de estabelecer a interface entre esses espaços e desses espaços com os usuários, sendo necessário também compreender como os centros de memória contribuem para a geração e a preservação do conhecimento institucional.

Desse modo, o presente artigo procurou demonstrar o resultado parcial da pesquisa identificando como essas unidades de informação estruturam-se enquanto espaços culturais, com funções de disseminação da informação. Ademais, procurou-se identificar se os Centros de Memória da UFMG são realmente centros de memória em sua concepção e aplicação. Parte-se da hipótese de que a diversidade na origem, na composição e na trajetória dos centros de memória – ou seja, nos seus diferentes graus de institucionalização - decorre da falta de uma política institucional para tais centros. Na UFMG, os centros de memória atuam quase sempre no “resgate” de conjuntos documentais (arquivísticos, bibliográficos, museológicos), que estão na iminência de serem perdidos, sendo sua criação, frequentemente, iniciativas de pesquisadores e funcionários técnico-administrativos, sensibilizados frente a essa situação.

Resultados e discussão

Em relação aos objetivos da pesquisa, foi possível constatar que os Centros de Memória da UFMG tratam o conceito de informação e levam em conta aspectos como função social da informação e impactos culturais em seu trabalho diário. Com relação à indagação se os centros de memória da UFMG são realmente centros de memória em sua concepção e aplicação, pode-se observar que os centros de memória pesquisados apresentam diversidade no tocante a diversos aspectos, como origem, composição e trajetória institucional. Do ponto de vista da discussão sobre a conceituação da informação, constata-se que essa diversidade não vai de encontro à teoria, dado que para a Ciência da Informação, como anteriormente apresentado, a conceituação da informação deve levar em conta o caráter subjetivo que torna tal conceito amplo e multifacetado. Também se observa que os centros de memória

demonstram independentemente de suas diferentes origens e estruturas, um objetivo implícito de preservar a cultura e a identidade, como destacam Camargo e Goulart (2015).

Para autores como Capurro; Hjørland (2007) e Capurro (2003), por exemplo, não se pode esquecer a dimensão da relação entre indivíduo e conhecimento e, considerando-se a conceituação de Centro de Memória, os Centros de Memória da UFMG apresentam, sim, características que podem classificá-los como tais; no entanto, poucos são os centros que apresentam políticas que levam em conta os impactos culturais de suas atividades, ou a função social da informação no trabalho diário. A informação como um fenômeno social deve considerar a transitoriedade e a dinamicidade que são próprias de um processo que relaciona indivíduo e conhecimento – para cada um, o contato com a informação representará um estado diverso de modificação do conhecimento.

No que concerne à Administração, a proposição de classificar a maturidade dos centros de memória utilizando-se de elementos que são parte do construto das ciências sociais aplicadas propiciou a identificação de que as políticas mais robustas podem servir de *benchmarking* para os centros ainda menos estruturados, propiciando ganho de conhecimento em escala e, conseqüentemente, uma evolução mais rápida, por meio da troca de experiências.

Destacamos que em relação à estrutura/organização dos Centros de Memória da UFMG, há necessidade de os centros colocarem mais atenção em aspectos administrativos como o registro de sua constituição, atas das reuniões realizadas, documentos de direção, para que possam desenvolver suas atividades com base em um norte e possam, dessa forma, alcançar sua missão com mais eficácia. Na comunicação, pode-se trabalhar a categoria de usuários, desenvolver *websites* e atualizar *links* para divulgação do trabalho e aprimorar os outros elementos, que estão em estágios mais avançados; quanto ao acervo, tratar tecnicamente as categorias existentes e inventariar o que está em posse de cada centro de memória.

Como limitações do estudo, pode-se apontar o fato de que não foi possível aplicar todos os procedimentos metodológicos em todos os centros, até porque nem todos os centros estavam abertos ou contavam com os mesmos profissionais para entrevista. A diferença temporal de existência de cada centro e as distintas experiências dos profissionais entrevistados pode resultar em diversos modos de ver o Centro e, indiretamente, influenciar nos resultados da observação de pesquisa.

Por fim, essa individualização das experiências verificadas nos Centros de Memória da UFMG, leva a um conjunto de fato diverso em termos de estrutura, robustez e

objetivos, bem como a um resultado que os torna praticamente casos específicos, que pode ser resultado de uma ausência de política institucional para os referidos centros de memória. Em locais em que existe uma política institucional, como no caso do CMU Unicamp, pode ser observado que há maior uniformidade no que se refere à estruturação dos centros de memória. A existência dessas políticas também auxiliaria a identificar claramente as funções institucionais dos Centros de Memória frente ao sistema de arquivos institucionais, sistema de biblioteca e rede de museus da UFMG – contribuindo para um trabalho colaborativo dessas instituições de memória no âmbito institucional.

7. REFERÊNCIAS

BOSI, Ecléa. **Research on social memory**. Psicologia USP. S.Paulo, v.4, n.1/2, p. 277-284, 1993.

BRASIL. **Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009**. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. 2009. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm>>. Acesso em 16 set.2014.

BRASIL. **Decreto nº 4.073, de 03 de janeiro de 2002**. Regulamenta a Lei nº 8.159, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. 2009. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4073.htm>. Acesso em 16.set.2014.

BRASIL. Lei nº 8159, de 9 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, v. 29, n. 6, p. 455, jan. 1991, Seção I.

CÂMARA, Italo Pereira. **Arquivo Geral da Base Aérea de Florianópolis: memória institucional e preservação de documentos históricos, 1970 a 2012**. Florianópolis, 55 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2012.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. GOULART, Silvana. **Centros de Memória**. Uma proposta de definição. São Paulo. Edições Sesc SP. 2015.112 p.

CAPURRO, Rafael. Epistemologia e Ciência da Informação. **V Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, Belo Horizonte (Brasil) 10 de Novembro de 2003. Tradução de Ana Maria Rezende Cabral, Eduardo Wense Dias, Isis Paim, Ligia Maria Moreira Dumont, Marta Pinheiro Aun e Mônica Erichsen Nassif Borges. Disponível em: <<http://www.capurro.de/enancib_p.htm>>. Acesso em 31 dez.2014.

CAPURRO, Rafael; HJORLAND, Birger. O conceito de informação. Ana Maria Pereira Cardoso (Trad.), Maria da Glória Achtschin Ferreira (trad.), Marco Antônio de Azevedo (Trad.). **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 12, n.1, p. 148-207, jan./abr.2007. Disponível em: << <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/54>>>. Acesso em 31 dez.2014.

CMU – **Centro de Memória Unicamp**. Disponível em: << <http://www.cmu.unicamp.br/>>>. Acesso em 05.jan.2014.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Unicamp, 1990. 549 p.

MARQUES. Otacílio Guedes. **Informação Histórica: recuperação e divulgação da memória no poder judiciário brasileiro**. Dissertação. CID. Unb. Brasília. 2007.133fl.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, 1993.

PROJETO MEMORIA INSTITUCIONAL FACE. 2014.

RUEDA, Valeria; FREITAS, Aline; VALLS, Valéria Martin. **Memoria Institucional: Uma revisão da literatura**. Revista CBR8 digital. v.4, n.1.abr.2011.São Paulo. Disponível em: <<<http://revista.crb8.org.br/index.php/crb8digital/article/viewFile/62/64>>>. Acesso em: 05 fev.2013.

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais. 2014. Disponível em:<<<https://www.ufmg.br/>>>. Acesso em 05 jan.2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO. **Relatório de Gestão da Pró-Reitoria de Extensão 2010-2014**. Universidade Federal de Minas Gerais, Pró-Reitoria de Extensão. Belo Horizonte: PROEX/UFMG/ PROEX, 2014.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.